

10º. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte, 30 de agosto a 2 de setembro de 2016

Área temática: Instituições políticas

**PARLAMENTARES FEDERAIS BRASILEIROS EM PERSPECTIVA LONGITUDINAL E
COMPARADA: AS INSTITUIÇÕES BICAMERAIS NACIONAIS E SEUS EFEITOS NA
COMPOSIÇÃO DA CÂMARA E DO SENADO**

Paulo Magalhães Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O perfil dos parlamentares deve ser estudado por seu impacto no padrão da representação, por consequência, na qualidade da democracia representativa. Estudos dessa natureza tem evidenciado que tanto as transformações sociais quanto as regras institucionais são variáveis que afetam a composição da representação no parlamento. As primeiras, porque alteram a composição societária a partir da qual tanto os partidos quanto os eleitores selecionam os representantes; as segundas, porque os parâmetros institucionais de elegibilidade limitam as alternativas para a composição das listas partidárias, restringindo, assim, as possibilidades de escolha por parte dos eleitores. Nestes termos, a consideração dessas duas variáveis – mudanças sociais e normas institucionais – é fundamental para se compreender a morfologia sócio-política da representação parlamentar.

Importa mencionar aqui o debate no campo do bicameralismo, especificamente no que respeita à dimensão da incongruência bicameral. De acordo com a teoria, bicameralismos incongruentes, como o brasileiro, são pensados para promover diferenças entre senadores e deputados, relativamente ao background social e às trajetórias políticas. Tais diferenças visam ampliar a diversidade da representação política, de modo a criar incentivos para os debates políticos e controle entre os governantes e, assim, aprimorar a qualidade da democracia. Nestes termos, caberia perguntar em que medida a incongruência institucional se reflete efetivamente no perfil dos legisladores, assegurando diferenças sistemáticas, a despeito das transformações longitudinais na representação, em tese geradas por fatores dinâmicos não relacionados à dimensão institucional das eleições bicamerais.

O trabalho visa analisar os perfis de senadores e deputados brasileiros da 47^a à 54^a Legislatura, comparando-os entre si. Espera-se observar que, a despeito das transformações longitudinais, fundadas nas mudanças socio-políticas, por razões institucionais o padrão da representação congressual no Brasil é marcado pela diferença sistemática entre senadores e deputados. Frente ao modelo de incongruência bicameral vigente no Brasil, espera-se que os senadores sejam, tipicamente, recrutados entre os políticos mais velhos, mais experientes, mais escolarizados e, enfim, mais elitizados, ou seja, com trajetórias profissionais de maior prestígio social.

O estudo em tela mobiliza dados do repertório biográfico dos congressistas nas legislaturas em foco (1987-2015). O banco analisado contém informações sobre o perfil dos titulares que atuaram nas oito legislaturas em foco. Ao todo, são 4667 casos, sendo 604 senadores e 4063 deputados. Os dados foram extraídos do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro e das informações biográficas constantes nos sítios do Senado e da Câmara dos Deputados.

Palavras-chave: senadores, deputados, perfil parlamentar

1. Introdução¹

De onde vêm e por onde passam deputados e senadores antes de chegarem ao Congresso Nacional? Este trabalho procura abordar estas questões. Trata-se de um estudo longitudinal sobre o perfil de senadores e deputados brasileiros da 47^a à 54^a Legislatura, com vistas a compará-los entre si. O objetivo é, por um lado, analisar as transformações ao longo do tempo na representação congressual e, por outro, avaliar as diferenças entre Senado e Câmara no tocante ao perfil social e político das legislaturas.

Em função das mudanças ocorridas no país, espera-se notar, nas das casas, uma crescente pluralidade na composição parlamentar, indicando um aumento das classes populares no âmbito parlamentar (nos termos de Rodrigues, 2002; Mucinhato, 2010).

Espera-se, ainda, uma gradativa profissionalização dos congressistas, sendo esta indicada pela experiência política acumulada pelos parlamentares e expressas no perfil dos mandatos. Não obstante, em função de traços institucionais da incongruência bicameral no Brasil, espera-se notar diferenças entre as Casas no tocante ao perfil dos membros. Por hipótese, senadores e deputados se diferenciariam, entre si, na direção prevista para os bicameralismos incongruentes ao modo brasileiro: tipicamente, os senadores seriam recrutados entre os políticos mais velhos, experientes politicamente, escolarizados e elitizados, ou seja, com profissões de maior prestígio social.

O texto está dividido em três tópicos, além desta introdução. No primeiro, são apresentados alguns apontamentos da literatura sobre as elites políticas, de modo a justificar e sustentar teoricamente a análise empírica aqui desenvolvida. No segundo, são analisados dados sobre as origens sociais e trajetórias de senadores e deputados. Por fim, são avaliadas informações sobre as trilhas políticas percorridas pelos parlamentares e as experiências por eles obtidas.

Esclarecimentos sobre os dados e as questões metodológicas relacionadas à sua análise serão feitos oportunamente ao longo do trabalho.

2. Sobre o estudo das elites parlamentares: alguns apontamentos da literatura

Questões referentes à trajetória social e ao perfil das elites parlamentares e das elites governamentais em geral têm sido, cada vez mais, objetos centrais da ciência política. A relevância dos estudos neste campo se expressa na ampla literatura existente, e está relacionada a os impactos do perfil dos representantes sobre a institucionalidade e a qualidade da representação política.

¹ Este trabalho é resultado parcial de pesquisa desenvolvida com apoio da Fapes – Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.

O presente estudo integra este campo de pesquisa, procurando contribuir com o conhecimento do perfil de senadores e deputados federais ao longo do período 1983-2014, que abrange oito legislaturas, 32 anos. Além de ampliar a longitude das pesquisas até hoje feitas sobre o perfil social e a trajetória política dos congressistas nacionais, o artigo propõe uma comparação sistemática entre senadores e deputados, tendo em vista os parâmetros institucionais do bicameralismo brasileiro. Afinal, em se tratando do perfil das elites e das trilhas que elas percorrem, o bicameralismo importa? Se sim, quais os seus efeitos?

Os efeitos das instituições políticas sobre o processo de recrutamento e, por consequência, sobre a composição das elites parlamentares são ressaltados por vários autores (Best e Cotta, 2000; Norris, 1997). O bicameralismo consiste num conjunto de instituições de grande influência sobre o perfil das elites, tendo em vista que é deliberadamente criado para promover, em algum grau, diferentes perfis entre as casas (Lijphart, 1989, 2003; Llanos e Nolte, 2003).

A imagem típica do senado, secularmente construída, evoca uma câmara conservadora, composta por legisladores mais velhos, experientes, “sábios” e moderados do que sua contra-parte, a câmara baixa. Essa divergência é intencional e resulta das regras formais de recrutamento que promovem diferentes perfis conforme o cargo visado (Llanos 2003, Llanos e Nolte, 2003, Tsebelis e Money, 1997). Entre as regras que podem afetar o perfil e a trajetória parlamentar, podem ser lembradas: a idade mínima para o cargo, o tamanho das câmaras, as regras eleitorais, o tipo de lista, o tamanho e a magnitude dos distritos, o calendário eleitoral, a duração e a renovação dos mandatos.

No Brasil, com exceção do tamanho dos distritos, todas essas regras são incongruentes, e os resultados esperados sobre o perfil de senadores e deputados convergem com as expectativas acerca da representação bicameral. Enquanto as eleições da Câmara são proporcionais, ampliando as chances de representação de partidos pequenos e segmentos sociais minoritários, as do Senado são majoritárias, cabendo às legendas um ou dois candidatos conforme a eleição. Sendo assim, candidatos a senador tendem a ser mais dependentes da estrutura do partido para um bom desempenho na campanha, que é mais custosa, devido a sua amplitude territorial e ao grande número de votos necessários para a eleição de um senador (Llanos e Sanchez, 2008). Embora no Brasil o distrito eleitoral seja formalmente o mesmo para os dois cargos, na prática, a focalização de esforços em poucos municípios não é uma estratégia de campanha viável para os senadores. Ademais, devido ao número relativamente baixo de senadores, à visibilidade do cargo e a sua importância no presidencialismo de coalizão, a escolha dos candidatos e as estratégias de campanha para eleição de senador tendem a ser priorizadas nas articulações eleitorais dos partidos (Santos, 2010). Dada a estrutura da competição

política, partidos grandes, com mais recursos, tem mais chances de eleger candidatos do que partidos pequenos. Trata-se, assim, de um fator elitizante que, bem ou mal, aproxima o Senado brasileiro da imagem canônica das câmaras altas.

Além das regras supracitadas, a idade mínima exigida para o cargo fomenta, em tese, a ascensão eleitoral de representantes com diferentes perfis e de legislaturas com diferentes “temperamentos”. Pela Constituição, a idade mínima para se candidatar a senador (35 anos) é quatorze anos superior à exigida para deputado (21). Isso dá ao pleiteante ao Senado oportunidades para um maior acúmulo de experiências na vida política – senadores têm chances de ser politicamente mais experientes, isto é, mais qualificados para a representação política do que os deputados federais. Além da experiência política que pode ser acumulada, presume-se que a maturidade, que também tende a vir com o tempo, se associa à sensatez e à temperança esperada dos membros da segunda câmara. Esta tem, entre outras, a função de se contrapor aos eventuais arroubos primeira câmara, tida como mais passional e mais propensa a escolhas intempestivas (Madison *et al.*, 1979).

Cabe mencionar, ainda, as distintas dinâmicas de renovação das duas casas: restrita para senadores e ampla para deputados. A disponibilidade apenas parcial das cadeiras do Senado em cada eleição é um fator que assegura certa continuidade no perfil das legislaturas, enquanto que a oportunidade de renovação total da Câmara dos Deputados torna seu corpo de representantes mais vulnerável à instabilidade das preferências eleitorais e mais sujeito às “ondas” políticas que possam afetar as eleições parlamentares. Esse traço, aliado ao tamanho reduzido do Senado e à longa duração de seus mandatos, é mais um elemento que reforça a imagem elitizada da Casa, cujos membros têm mais tempo para o estreitamento de relações pessoais, são mais sujeitos ao espírito corporativo e mais propensos do que os deputados à defesa do *status quo*.

Reiterando o argumento de que as instituições afetam o jogo político e seus resultados, pode-se afirmar que os traços institucionais acima mencionados prenunciam certas diferenças típicas entre os perfis de senadores e deputados. Nestas bases, o presente estudo visa analisar, ao longo de oito legislaturas, em que medida os resultados das eleições bicamerais no Brasil correspondem às expectativas sustentadas pela teoria.

3. Senadores e deputados federais brasileiros: a configuração social das legislaturas no período 1983-2014.

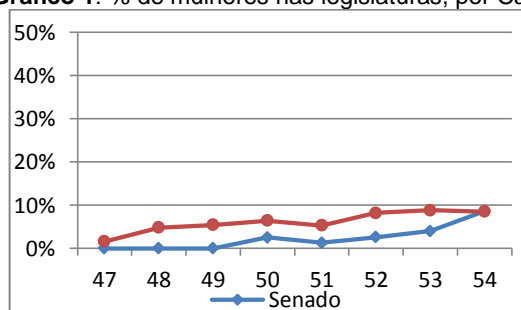
Os dados analisados neste e no próximo tópico foram coletados no repertórios biográficos disponíveis nos *sites* do Senado e da Câmara. Em alguns casos, foram consultadas outras fontes, como o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, o *site* do Tribunal Superior Eleitoral ou *sites* oficiais dos parlamentares e seus partidos. As informações estão organizadas num banco de dados com 4666 casos, referentes a

mandatos de titulares, distribuídos em oito legislaturas sucessivas. Uma vez que o propósito é analisar a *composição das legislaturas*, em termos dos perfis e das trajetórias de seus membros, muitos parlamentares aparecem mais de uma vez no banco, numa mesma casa ou em ambas, a depender de sua trajetória política no período em foco. Quando isso ocorre, os dados sobre o parlamentar são atualizados, conforme as experiências adquiridas entre um mandato e outro (a ocupação de um cargo administrativo, por exemplo). Assim, a rigor, os casos que compõem o banco não se referem a parlamentares, mas a mandatos.

O Gráfico 1 apresenta a evolução do percentual de mandatos femininos no Congresso. A relação entre representação e gênero é um ponto habitual nos trabalhos sobre recrutamento e perfil parlamentar, e em geral revelam a dificuldade das mulheres para ascender aos cargos eletivos. A conhecida masculinização da política em muitos países do mundo, no Brasil inclusive (Simões e Matos, 2010), tem como uma das principais causas as instituições políticas e sua lógica de funcionamento (Norris, 1997, 2005; Bohn, 2008). Basicamente, trata-se de um círculo vicioso, em que as mulheres são tidas como pouco competitivas e subestimadas nas estratégias eleitorais partidárias, o que prejudica o desenvolvimento de suas carreiras políticas e, logicamente, de sua competitividade eleitoral.

Por essa lógica, o Senado brasileiro tenderia a ser menos acessível às mulheres do que a Câmara, visto que os cargos majoritários são mais escassos, e sua conquista envolve maior envolvimento dos partidos no processo eleitoral e maior competitividade de candidatos e candidatas (Despostado, 2006). Em contrapartida, as eleições proporcionais para a Câmara são mais favoráveis para segmentos politicamente minoritários, inclusive as mulheres (Nicolau, 2004).

Gráfico 1: % de mulheres nas legislaturas, por Casa



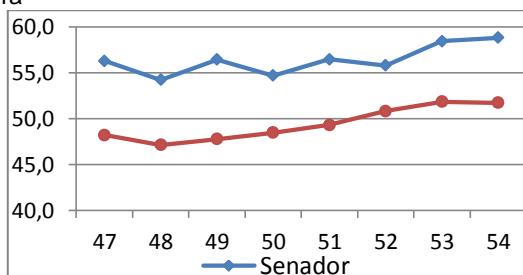
Fonte: elaboração própria, 2016.

No geral, a presença de mulheres é muito baixo, como se sabe por outros trabalhos (Araújo, 2005; Simões e Matos, 2010). Considerado todo o período, o percentual de deputadas se manteve, em média, 4 pontos percentuais acima do de senadoras. Na primeira e última legislaturas as casas se encontram, com percentuais nulos no início e próximas de 10% no final do intervalo. Nas duas casas, percebe-se uma (discreta) tendência ao aumento da representação feminina, sugerindo uma abertura maior às mulheres no Congresso Nacional. De todo modo, o Senado mostrou-se uma casa mais fortemente

restritiva ao ingresso de mulheres, sendo que o primeiro mandato de senadoras titulares ocorreu apenas na 50ª Legislatura. Na Câmara, 250 mandatos foram cumpridos por mulheres como titulares do cargo. O teste de *qui-quadrado* aponta a consistência da diferença entre as casas em relação à seleção de mulheres no período analisado (X^2 13,2; sig .000; *gl.1*)².

Quanto à média de idade de entrada no Congresso também se esperam diferenças entre senadores e deputados, devido à norma constitucional: 21 anos para deputados e 35, para senadores. Essa diferença é comum entre as câmaras altas do mundo. Avaliando 49 países, Neiva (2005: 77) mostra que, em média, a idade exigida é de 33 anos para ingressar o senado e 25 para a câmara. Razoável supor que a restrição à idade reflete a preocupação em assegurar atributos que normalmente exigem tempo para serem adquiridos, como qualificação, experiência e temperança. Isso ajudará a interpretar os dados adiante.

Gráfico 2: média de idade dos parlamentares, por cargo e por legislatura



Fonte: elaboração própria, com base em dados da Câmara e do Senado, 2016.

O gráfico confirma a expectativa e permite considerações adicionais sobre a evolução longitudinal do quadro. Para o conjunto das legislaturas, a diferença média de idade entre os senadores e deputados é de sete anos, embora a distância entre as idades mínimas legais seja de 14. No Senado, a média observada é de 56,4 anos; na Câmara, é de 49,4. Índice *F* do teste das médias, por legislatura, resultou alto e com sig. ,000 para todas as legislaturas.

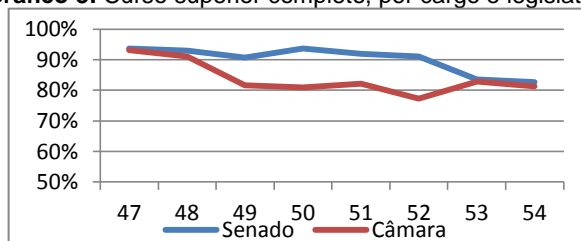
A linha referente ao Senado mostra que a média de idade está crescendo, mas também se nota que o acesso dos mais novos é mais comum quando há eleições para dois terços das cadeiras, com exceção da Legislatura 54. Essa oscilação converge com o efeito esperado das eleições intercaladas, que indicam cumprir a função esperada de evitar a renovação – literal, nesse caso – das legislaturas. Supõe-se que, em eleições com apenas uma vaga, políticos mais velhos são privilegiados nos processos intrapartidários de nomeação das candidaturas senatoriais, em tese por serem mais experientes e terem maiores chances de vitória, além, possivelmente, de terem mais habilidades e recursos para influenciar as decisões partidárias acerca das eleições.

² O teste de *qui-quadrado*, quando realizado neste trabalho, se baseia em tabelas 2x2 equivalentes a todo o período, sem subdivisões por legislatura.

A linha referente à Câmara apresenta um crescimento regular na média de idade dos deputados. No Senado, apesar do zig-zag nas legislaturas, também se percebe a tendência de aumento. Pode ser que isso decorra do “envelhecimento” dos candidatos (sobre o qual não há dados aqui), mas também pode estar havendo um crescimento da persistência dos parlamentares nos seus cargos. Neste caso, o crescimento gradativo da média de idade estaria sendo influenciado pela recondução dos mandatos parlamentares – e não apenas pelo aumento da idade dos candidatos em geral.

A escolaridade é um clássico indicador de qualificação intelectual, e sugere, embora não determine, maior ou menor competência dos representantes para lidar com a complexidade do fazer legislativo. Além disso, dada sua correlação com posições de classe, indica o grau de abertura ou fechamento do legislativo às classes populares. No Brasil, por esse indicador, ambas as casas são fortemente elitistas, sendo que o Senado apresenta uma média maior de escolaridade do que a Câmara, se considerado todo o período. Nem a alta escolaridade nem as diferenças entre as casas são novidade, pois são mostradas em vários trabalhos (Mucinhato, 2014; Llanos e Sánchez, 2008). No entanto, a tendência de queda percebida nas duas casas, no intervalo temporal aqui considerado, consolida a ideia de que as elites federais estão se popularizando (Rodrigues, 2002; Simoni Jr. 2016).

Gráfico 3: Curso superior completo, por cargo e legislatura



Fonte: elaboração própria, com base em dados da Câmara e do Senado, 2016.

O perfil ocupacional é indicador importante das origens sociais dos representantes, sobretudo quando combinados com outros dados de *background* em geral considerados neste tipo de estudo. As ocupações dão pistas da origem social dos parlamentares, sugerindo redes de interação social no qual estiveram ou estão envolvidos, bem como os recursos por eles dominados para a sustentação de sua vida política. Além disso apontam possibilidades de atuação no âmbito parlamentar, seja com relação aos temas políticos preferidos ou aos postos mais visados na organização interna. Há, por exemplo, trabalhos que mostram associações significativas entre o campo profissional e a jurisdição das comissões permanentes nas quais os parlamentares atuam (Santos, 2002; Lemos e Ricci, 2004; Lemos e Ranincheski, 2008; Araújo, 2014).

É preciso, no entanto, ressaltar as dificuldades metodológicas na lida com esta variável. Na maior parte das bases disponíveis, tal informação consiste em autodeclaração. A resposta muitas vezes é múltipla, isto é, o parlamentar indica várias profissões sem apontar

o tempo de dedicação a elas ou uma ordem de importância de cada uma nas suas experiências de vida. Além disso, muitas vezes a formação acadêmica é informada como profissão, inflacionando taxas de campos profissionais que se confundem com áreas de formação acadêmica, tais como direito, engenharia, economia, etc. Os problemas genéticos nos dados disponíveis, combinados com a variedade de soluções adotadas pelos pesquisadores, dificulta comparações precisas com outros trabalhos. Isso, contudo, não anula a importância da variável profissão no estudo do perfil social das elites políticas. Para uma abordagem detalhada dessa questão, sugere-se o texto de Codato (2015).

Passando aos dados: os profissionais da área jurídica, como mostrado em outras pesquisas, são os mais presentes no Congresso, mas apresentam longa tendência de queda percentual. Ao longo do período, as casas se alternam em termos do contingente de advogados, mas ambas passam pelo declínio do “bacharelismo” histórico no legislativo brasileiro (Carvalho, 2003), declínio já identificado em outros trabalhos, como os de Neiva e Izumi (2014), sobre o Senado, e Simoni *et al.* (2015), que comparam as duas casas.

Gráfico 4 - Profissões jurídicas

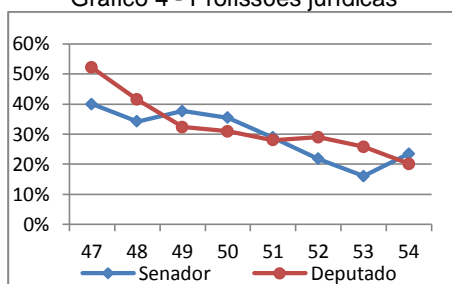


Gráfico 5 - Empresários

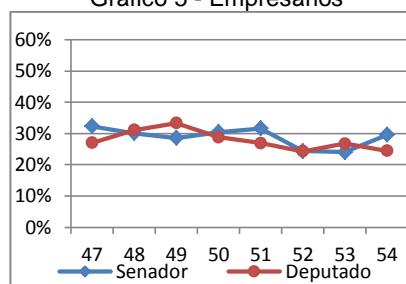


Gráfico 6 - Profissões liberais

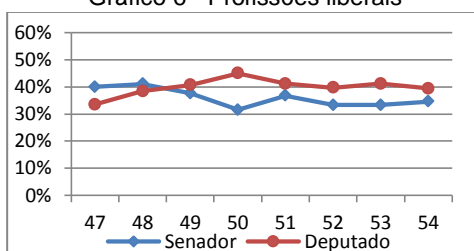
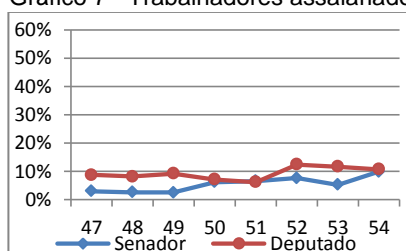


Gráfico 7 - Trabalhadores assalariados



Fonte: elaboração própria, com base em dados dos sites da Câmara e do Senado, 2016.

As oscilações nos percentuais no decorrer do tempo altera a posição das casas em termos de seu contingente de advogados. Ao longo do período, no entanto, elas se mostram igualmente frequentadas por profissionais da categoria. O teste de X^2 (com sig. ,165) mostra que as diferenças ocasionais entre elas se anulam e se mostram irrelevantes estatisticamente no período como um todo.

Os empresários e os profissionais liberais – aqui compostos por médicos, economistas e engenheiros – compõem grande parcela das legislaturas. Os empresários controlaram um pouco menos de 30% das cadeiras tanto no Senado quanto na Câmara. A média do período foi de 28,8% no primeiro e 27,8% na segunda, com oscilações discretas ao longo do

intervalo considerado. O teste de X^2 indica que não há associação significativa entre ser empresário e ser senador ou deputado (*sig.* ,609).

No caso das profissões liberais, nota-se maior presença dessa categoria na Câmara a partir da 49ª Legislatura. No entanto, o teste estatístico X^2 (*sig.* ,059) não aponta entre as casas diferença significativa, nos níveis convencionais. Reunidos, os dados indicam que os empresários e os profissionais liberais eleitos não diferenciam uma casa da outra. No entanto, não se concebe um motivo lógico para se esperar diferenças à luz dos incentivos bicamerais, sobretudo pelo fato de que são categorias internamente heterogêneas, compostas por profissões que não convivem necessariamente no mesmo estrato social – os empresários, por exemplo, envolvem pequenos e grandes proprietários, e não permitem presumir elitismo econômico ou popularização parlamentar.

Os trabalhadores assalariados, urbanos e rurais, agregam desde bancários e taxistas a lavradores e técnicos agrícolas. Trata-se, também, de uma variável internamente heterogênea, mas composta por profissões de menor prestígio social, se comparadas com advogados, empresários e profissionais liberais. Em primeiro lugar, vale destacar o pequeno percentual dessa categoria em todas as legislaturas. Nota-se, porém, que na Câmara há sempre um percentual maior, salvo na 51ª Legislatura, em que há um “empate técnico”. Na média geral do período, 5,6% dos mandatos no Senado foram ocupados por trabalhadores, enquanto na Câmara a taxa foi de 9,4%. O teste de X^2 mostra que, de fato, a diferença é consistente (9,06, *sig.* ,003, *gl.*: 1).

São conhecidos os argumentos de Weber sobre a afinidade de certas profissões com o desenvolvimento de uma carreira política. Entre elas, destacam-se as ligadas ao direito, seja pelo conhecimento que propiciam, seja pela autonomia em relação ao uso do tempo para dedicação aos pendores profissionais. A queda longitudinal na presença dessa profissão pode expressar tanto a redução do interesse dos advogados pela política, quanto, mais provável, o aumento da competição entre profissões, decorrente da pluralização sócio-ocupacional – pluralização esta que pode estar oculta na constância dos empresários e das profissões liberais ao longo dos anos em foco.

O aumento discreto de trabalhadores no Congresso reforça o argumento de que há mais competição e maior abertura das elites às classes populares e médias. O fato de haver uma diferença significativa em favor da categoria na Câmara reforça a hipótese institucionalista de que o sistema proporcional adotado para esta casa favorece segmentos em posições mais baixas da estrutura social.

Os dados a seguir refletem a composição das legislaturas em termos dos diplomas universitários obtidos. Essas informações são mais precisas e objetivas que as referentes às

profissões, porque têm *status* formal, atestado pelo diploma. Além disso, podem ser melhor agregadas (em grandes áreas de conhecimento, por exemplo) do que as profissões.

Os formados em direito foram maioria no período, mas entre eles revela-se a mesma tendência de declínio notada nos dados sobre profissões jurídicas. No entanto, comparando os gráficos observa-se que há sempre mais *diplomados* do que *profissionais* da área. Isso significa que vários bacharéis em direito não confundiram o diploma com a profissão. Infelizmente, nem todos mostram esse mesmo discernimento. No tocante à distribuição dos bacharéis em direito entre as casas, assim como se dá com as profissões jurídicas, as diferenças são irrelevantes em termos estatísticos (*sig.* ,117), mostrando que, salvo oscilações ocasionais, o poder das casas para recrutar advogados é virtualmente o mesmo.

Gráfico 8 - Direito

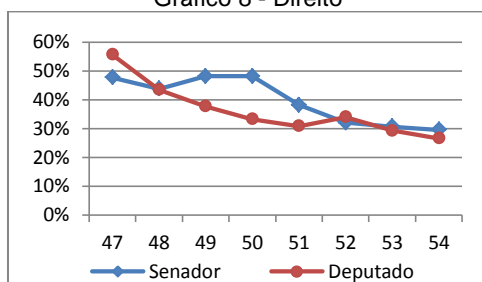


Gráfico 9 - Ciências da saúde

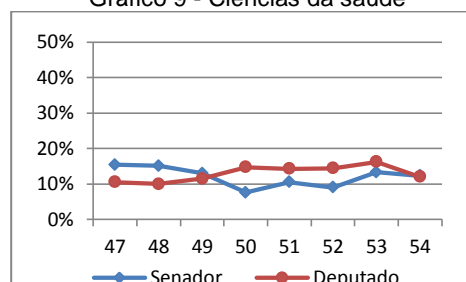


Gráfico 10 - Engenharias

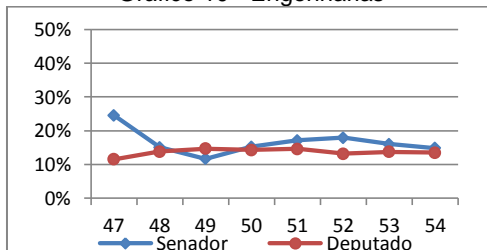


Gráfico 11 - Artes e humanidades

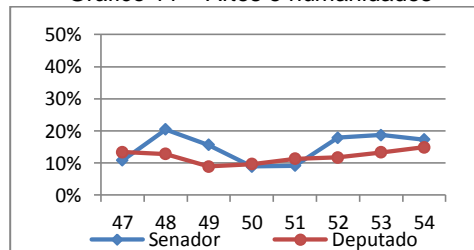
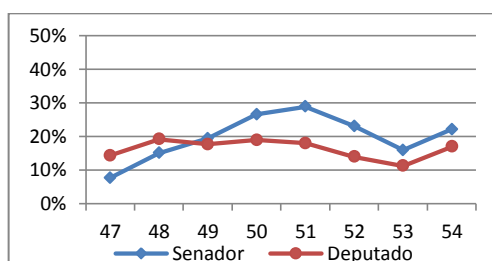


Gráfico 12 - Ciências econômicas



Fonte: elaboração própria, com base em dados dos *sites* da Câmara e do Senado, 2016.

Os formados na área das ciências da saúde incluem majoritariamente médicos e, marginalmente, psicólogos, enfermeiros e farmacêuticos. Eles se mantiveram na faixa dos 10% a 20% entre deputados e senadores, com alternâncias entre as casas no intervalo observado. O teste estatístico não resultou significativo (*sig.* ,472).

A mesma falta de diferenças estatísticas significativas entre as casas se revela com as engenharias (*sig.* ,074). Já os titulados em artes e humanidades – que agrega cursos como ciências sociais, história, comunicação e artes – se mostraram significamente mais presentes no Senado (X^2 : 4,122, *sig.* ,042, gl.: 1). Isso também se deu com os diplomados

em ciências econômicas, que reúnem economistas, administradores e contadores, e se concentraram mais no Senado. O X^2 foi de 5,660, *sig.* ,017, gl.: 1.

Os dados de *background* social analisados neste tópico permitem algumas conclusões importantes em vista do objetivo deste estudo. Primeiro se ressalta que, confirmando outros estudos sobre o tema, foi notado que as duas casas do Congresso são elitizadas, com integrantes com um perfil social distante do tipo mediano do cidadão brasileiro: legislaturas majoritariamente masculinas e médias muito altas de parlamentares com diplomas universitários. A idade também é um indicador de elitismo, visto que a média em cada casa é bem superior (e crescente) ao mínimo exigido para o ingresso nas casas. Isso sugere que há obstáculos para os políticos mais jovens e que o Congresso não é para principiantes.

Comparando as casas, esses dados corroboram a expectativa de que o Senado é uma arena mais elitista, mais restritiva ao acesso de minorias – mulheres, jovens e pessoas de baixa escolaridade –, limitando, assim, a pluralidade da representação. No entanto, considerando-se as tendências reveladas ao longo de todo período, nota-se que ambas as casas caminham para maior abertura, pelo menos no tocante ao ingresso de mulheres e pessoas menos escolarizadas. Os mais velhos continuam privilegiados, e o Senado se mostra uma casa de “anciãos”, fazendo jus a suas origens históricas.

Em relação às ocupações e diplomas acadêmicos, percebeu-se razoável variedade de perfis, anunciando trajetórias plurais de formação intelectual e profissional. No entanto, as casas não se mostraram muito diferentes entre si com relação a essas variáveis. Com exceção de uma maior presença na Câmara de legisladores originários das classes trabalhadoras, os demais perfis acadêmico-profissionais não apontam diferenças significativas entre as casas, ou, quando apontam, tais diferenças não podem ser explicadas com base na incongruência bicameral.

3: Parlamentares e suas experiências políticas: caminhos para o Congresso Nacional

A passagem prévia por cargos eletivos e não eletivos é um ponto fundamental na comparação entre senadores e deputados, pois podem revelar as diferenças qualitativas e quantitativas entre eles no tocante à experiência política acumulada na sua trajetória. Tal experiência, por sua vez, indica as relações dos parlamentares com a política institucional e com parlamento, permitindo avaliar os níveis e os padrões de profissionalização política e seus potenciais impactos sobre a institucionalização parlamentar. Como mostra Polsby (1968) sobre a *House* nos Estados Unidos, profissionalização e institucionalização são processos “siameses”. O desenvolvimento do legislativo (autonomia frente ao meio, complexificação interna e predomínio de procedimentos universais e formalizados) ocorre

em conexão com aumento da dedicação dos parlamentares à profissão política, em especial ao cargo parlamentar que se mantém por reiteradas reeleições.

Muito foi dito sobre a inadequação de se avaliar qualquer caso particular a partir do estadunidense (Di Martino, 2010; Borchet, 2011). Não se poderia esperar processos e padrões iguais em sistemas que oferecem incentivos políticos e institucionais diferentes para as trajetórias das elites. Embora estudos como o de Pergurier (2009) e Santos (2010) apontem para a consolidação das carreiras na Câmara, com o aumento das tentativas de reeleição seguidas de sucesso eleitoral, deve-se reconhecer que o arranjo institucional brasileiro incentiva trajetórias de experiências diversificadas, em diversos cargos eletivos e não eletivos. Assim, as trajetórias políticas dos parlamentares não apontariam, necessariamente, para a baixa profissionalização, mas para um tipo próprio de profissionalização – não exclusivamente *parlamentar*, mas profissionalização *política*.

Os dados adiante permitem avaliar melhor esse ponto, tendo em vista os diferentes incentivos de carreira oferecidos a senadores e deputados no contexto do bicameralismo brasileiro. A tabela 1 apresenta um panorama da representação nas casas considerando sua composição partidária no momento da posse em cada legislatura.

Tabela 1: Estrutura da representação partidária, por cargo e legislatura.

		47	48	49	50	51	52	53	54
Senado	Número nominal de partidos	5	7	10	13	9	10	11	17
	NEP	2,2	4,0	5,4	5,7	4,5	5,8	6,5	8,6
	Fragmentação (<i>F</i>)	0,54	0,75	0,82	0,82	0,78	0,83	0,85	0,88
	% eleito por pequenos partidos	9,0	26,0	33,7	24,8	20,8	20,4	26,6	43,0
	% eleito por partidos de centro	30,8	57,5	44,2	43,0	52,6	39,7	34,7	35,8
Câmara	Número nominal de partidos	7	17	22	22	19	21	24	27
	NEP	2,4	3,0	8,5	8,3	7,2	8,5	9,2	10,8
	Fragmentação	0,59	0,67	0,88	0,88	0,86	0,88	0,89	0,91
	% eleito por pequenos partidos	9,0	23,0	47,1	39,2	32,3	38,0	41,0	50,0
	% eleito por partidos de centro	40,3	52,6	29,0	32,5	35,0	28,4	29,9	25,3

Fonte: elaboração própria a partir de dados dos *sites* da Câmara e do Senado, 2016.

Em convergência com o esperado, há maior fragmentação partidária na Câmara, vista nos números nominal e efetivo de partidos e pelo índice *F*. Outro indicador da maior abertura da Câmara a trajetórias diversas em termos da origem partidária de seus membros é a bancada dos partidos pequenos, que é maior nas 6 últimas legislaturas do intervalo em foco. Comparados aos senadores, os deputados são selecionados por meio de um número mais plural de partidos, sendo maior o percentual dos eleitos por partidos pequenos. Nos moldes da análise aqui desenvolvida, nota-se que o Senado é mais restrito à entrada de segmentos minoritários (organizados em partidos), estando menos propenso ao arejamento partidário, isto é, à renovação de suas fileiras em favor de legendas não hegemônicas.

O tamanho das bancadas de centro, se tomadas como *proxy* de moderação política, também converge com o bicameralismo, que preconiza maior moderação e “temperança” do Senado frente à Câmara (Madison et al. 1979). Não se pode afirmar que no Brasil essa

composição decorre diretamente das instituições bicamerais, pois os partidos considerados de centro (PMDB e PSDB) são também grandes legendas, favorecidas nas eleições majoritárias adotadas para senadores. Enfim, é importante apontar a moderação senatorial, mas é preciso entender que resultam de particularidades históricas e contextos políticos e não de mecanismos institucionais projetados para esse fim.

Passa-se agora à análise, por legislatura, da experiência parlamentar agregada em diversos cargos políticos. A tabela 2³ sintetiza a experiência dos congressistas conforme o nível de governo do cargo ocupado. A experiência prévia na casa atual não é considerada aqui (será avaliada adiante, como indicadora de senioridade).

Os dados destacam o interesse dos senadores pelo nível federal: antes de chegarem à legislatura senatorial, passaram pelos cargos de deputado federal, ministro e até pela presidência ou vice-presidência da república – são os casos, no período, de Fernando Collor, José Sarney, Itamar Franco e Marco Maciel. O percentual de deputados com experiências federais externas à própria Câmara é muito baixo, e se concentra nos cargos de senador e ministro. Considerado todo o período, 65% dos mandatos senatoriais foram ocupados por senadores que já haviam experimentado cargos federais em outras arenas.

Tabela 2: Experiência prévia, por cargo e legislatura, em postos eletivos e não eletivos fora da própria Casa.

		Leg. 47	Leg. 48	Leg. 49	Leg. 50	Leg. 51	Leg. 52	Leg. 53	Leg. 54
Federal	Senador	72,30	68,50	67,50	63,30	61,80	56,40	60,00	69,10
	Deputado	3,30	6,00	5,20	5,20	3,90	7,20	5,90	4,80
Estadual	Senador	63,10	64,40	71,40	79,70	76,30	73,10	76,00	63,10
	Deputado	57,40	52,40	51,80	51,10	49,20	50,80	52,10	50,80
Municipal	Senador	35,40	37,00	44,20	46,80	44,70	43,60	48,00	58,00
	Deputado	42,80	42,20	38,10	44,50	47,10	49,20	54,50	50,00
N (senadores)		65	73	77	79	76	78	75	81
N (deputados)		486	500	504	517	512	514	512	518

Fonte: elaboração própria a partir de dados dos sites da Câmara e do Senado, 2016.

A presença política dos senadores na política brasileira se mostra consolidada com os dados sobre suas trajetórias pelos cargos nos estados da federação. O nível estadual tem sido fortemente dominado por eles. O percentual dos que ocuparam algum posto na política estadual – deputado, governador ou secretário – passa de 60% em três legislaturas do período e, nas demais, passa de 70%. São, de fato, “barões da federação”: dominam as trilhas do poder nacional e transitam com aparente facilidade do nível estadual para o federal. Deve-se notar, porém, os expressivos percentuais de deputados com experiência prévia nos estados. Na média do período, 52% destes ocuparam algum cargo nos estados.

³ A 47ª legislatura elegeu 479 deputados, a 48ª elegeu 487, a 49ª elegeu 503 deputados, as demais, 513. Há várias causas para que o número de titulares empossados por legislatura não coincida com o número de titulares eleitos. A morte antes da posse, a desistência ou a impugnação judicial de deputados eleitos são algumas delas. Nos primeiros dois casos, o número de titulares que tomam posse é menor que o número de titulares eleitos, no último caso, o número é maior, porque titulares são afastados e dão lugar a outros parlamentares que passam a ser considerados titulares.

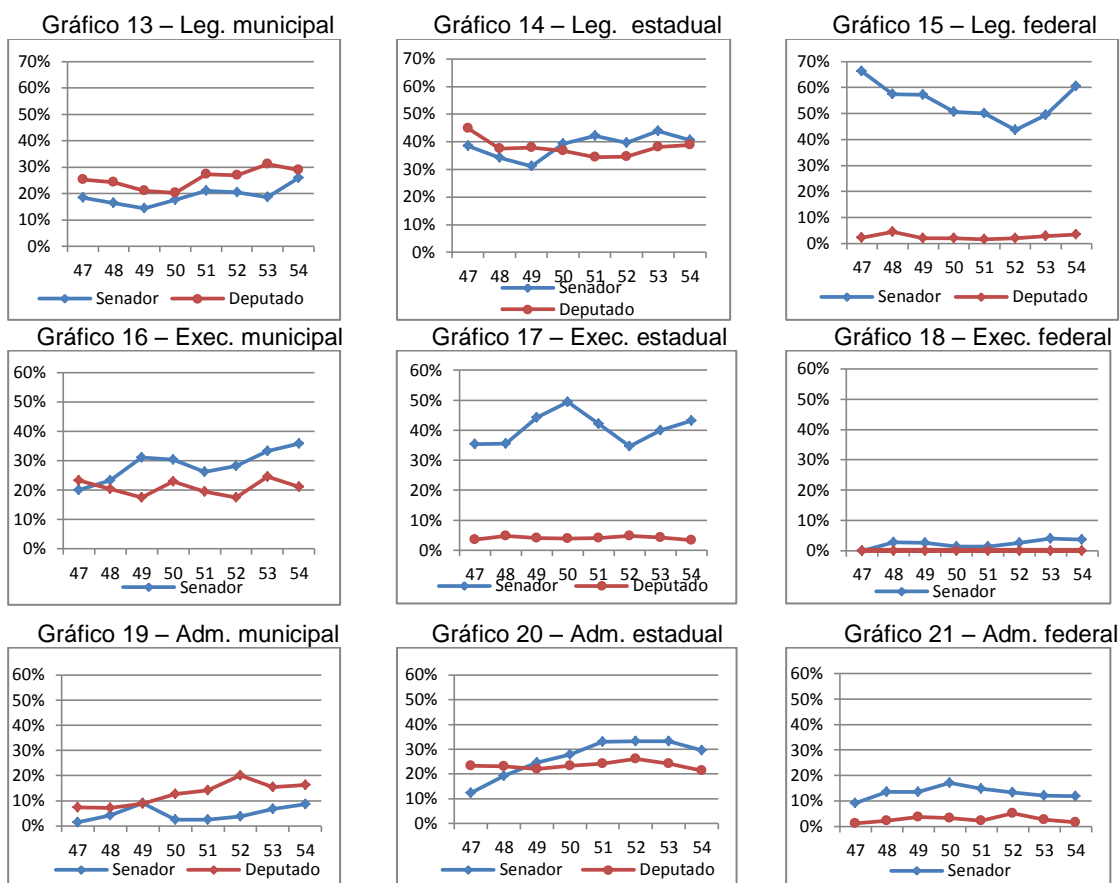
Em termos da comparação entre as duas câmaras, o panorama muda um pouco no âmbito municipal, onde se mostra maior expressividade dos deputados federais, mas não chega a haver dominância. O teste de X^2 não resultou significativo (*sig.* ,170), mostrando que há um equilíbrio entre senadores e deputados no tocante ao acúmulo de experiências no âmbito dos municípios.

A variedade de experiências de senadores e deputados expressa a estrutura de oportunidades do sistema político brasileiro. Há poucos custos e muitos incentivos para a busca de novas experiências políticas, haja vista poder-se ocupar cargos administrativos ou pleitear outros cargos em eleições intermediárias sem perder o mandato parlamentar. Além disso, há um grande número de cargos disponíveis no Legislativo, no Executivo e na administração pública, nos três níveis da federação, permitindo que os vocacionados para a política construam suas redes na localidade, ampliando-os conforme seus interesses e possibilidades. A tabela 2 sugere que parte expressiva dos congressistas começa pelos municípios e vão ampliando suas ambições, e recursos, até chegar no topo da classe política nacional. Embora a natureza dos dados não permita considerar a cronologia das trajetórias, sabe-se que muitos políticos sobem e descem na escala dos cargos, indo do nível federal ao estadual, deste para o municipal, saltando entre postos eletivos e não eletivos, sem um ponto certo ou definitivo de parada (Miguel, 2003; Santana, 2008). Contudo, isso não implica, necessariamente, baixos graus de profissionalização política, mas pode ser uma forma estratégica e específica de se dedicar à vocação política frente aos incentivos que se colocam na trajetória de cada um. (Di Martino, 2010).

O conjunto de gráficos a seguir diferencia os cargos de cada nível e permite considerações mais agudas sobre os diferentes caminhos trilhados por deputados e senadores rumo ao Congresso nacional. A primeira linha de gráficos apresenta dados sobre a passagem por cargos legislativos, e ressalta a experiência pregressa dos senadores na Câmara dos Deputados, mostrando que esta casa é um degrau corriqueiro de acesso ao Senado para a maioria deles. Na média do período, 54,1% dos senadores titulares tiveram experiência como deputados federais, enquanto apenas 2,6% dos deputados tiveram passagem pelo Senado. Nos legislativos estaduais, a configuração é mais equilibrada, indicando que senadores e deputados, em suas trajetórias de poder, mobilizam na mesma medida a arena legislativa estadual (*sig.* ,069 do teste estatístico demonstra que não há diferença significativa entre eles nesse ponto).

Nos municípios, os deputados se mostram mais presentes. As diferenças percentuais entre as legislaturas de uma casa e outra são pequenas mas consistentes. O teste de X^2 resultou alto e estatisticamente significativo (X^2 : 27,94, *sig.* ,000).

A segunda linha de gráficos retrata as experiências no Poder Executivo em todos os níveis e também revela a superioridade dos senadores em termos das experiências políticas acumuladas. Ressalta-se o número elevado e crescente de mandatos senatoriais ocupados por ex-prefeitos. Com relação aos governos estaduais, os dados mostram de forma contundente o que já se sabe: há uma grande predileção dos membros da Câmara Alta pelas governadorias: na média, essa posição foi ocupada por 41% dos senadores, frente a 4% dos deputados⁴. Quatro senadores ocuparam a Presidência ou vice-presidência da República antes de atuarem em alguma das legislaturas estudadas. Não há deputados com esse dado no currículo.



Fonte: elaboração própria a partir de dados dos sites da Câmara e do Senado, 2016.

A última linha de gráficos contém informações sobre passagens por cargos administrativos, nos três níveis da federação. Os deputados revelam maior experiência em secretarias de governos municipais (X^2 : 31,02, sig. ,000). Combinada com a experiência nos legislativos locais, pela qual também se destacam, os deputados indicam ter nos municípios

⁴ Nas eleições para os governos estaduais em 2010, segundo o site **Congresso em Foco**, 23 senadores, entre titulares, licenciados e suplentes, articularam para disputar o cargo. Desses, 17 estavam numa situação confortável: poderiam continuar no Senado caso perdessem nas urnas, porque seus mandatos só terminariam em 2015. Os outros seis admitiram ir para o “tudo ou nada” na disputa estadual, abrindo mão da candidatura à reeleição. Em 2010, estiveram em jogo 54 (dois terços) das 81 cadeiras da Casa.

uma arena importante de iniciação política, de onde buscam alavancar suas carreiras em direção à Câmara. Na arena estadual, o gráfico mostra uma ascensão na ocupação de secretarias pelos senadores a partir da 49ª Legislatura, mas isso não é suficiente para diferenciar as casas de modo consistente e significativo (*sig.* ,058).

Na ocupação dos ministérios, os senadores se mostram mais presentes. Isso é esperado, pois as pastas ministeriais são utilizadas como base de consolidação do apoio parlamentar ao Executivo federal e os senadores, pelo prestígio e a experiência política que possuem, são atores centrais na conformação das coalizões e são figuras certas na lista de nomeação dos presidentes da República.

A experiência mais ampla e variada dos senadores fica clara quando é agregada por tipo de cargo, desconsiderando os níveis. A tabela 3 distingue os parlamentares nestas bases, mensurando suas experiências prévias em cargos no Poder Legislativo, no Poder Executivo e no alto escalão da Administração pública. Dada a clareza das tendências e a contundência dos dados – que são apenas uma agregação de dados acima discutidos – não é preciso desdobrar comentários, para afirmar que, de longe, os mandatos do Senado são os que mais acumulam experiência prévia, qualquer que seja o tipo de cargo considerado.

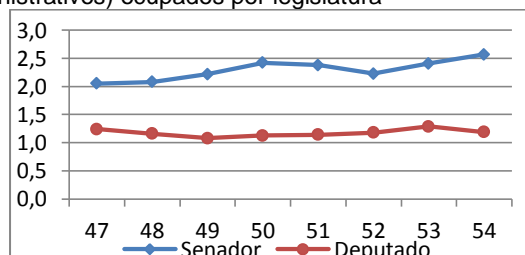
Tabela 3 - Experiência prévia em cada poder (agregada)

		Leg. 47	Leg. 48	Leg. 49	Leg. 50	Leg. 51	Leg. 52	Leg. 53	Leg. 54
Legislativo	Senador	80,00	69,90	71,40	74,70	75,00	71,80	70,70	69,10
	Deputado	57,20	51,80	47,60	48,50	51,00	51,90	56,30	56,20
Executivo	Senador	46,20	45,20	58,40	58,20	51,30	48,70	53,30	51,90
	Deputado	24,90	23,80	20,60	25,10	22,90	21,80	27,00	23,00
Administrativo	Senador	26,20	39,70	44,20	49,40	50,00	50,00	52,00	44,40
	Deputado	30,00	29,20	31,30	34,40	35,40	43,20	36,50	34,90
N (senadores)		65	73	77	79	76	78	75	81
N (deputados)		486	500	504	517	512	514	512	518

Fonte: elaboração própria a partir de dados dos sites da Câmara e do Senado, 2016.

Ainda em relação ao acúmulo de passagens por cargos políticos, o gráfico 23 sintetiza dados das legislaturas, apresentando a média dos cargos previamente ocupados pelos mandatários de cada Casa.

Gráfico 22 – Média de cargos (legislativos, executivos e administrativos) ocupados por legislatura



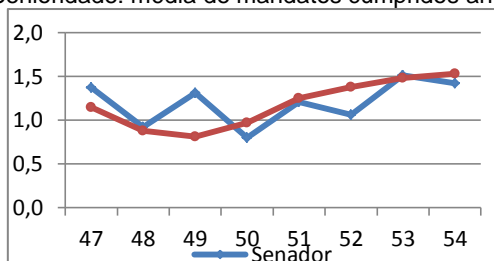
Fonte: elaboração própria a partir de dados dos sites da Câmara e do Senado, 2016.

Fica claro, de uma forma simples, a experiência maior, e em ascensão, adquirida pelos senadores antes de cada legislatura: na média geral (sem contar os mandatos em andamento nas legislaturas avaliadas), senadores ocuparam 2,6 cargos no executivo,

legislativo ou na administração pública em qualquer dos níveis da federação. O valor referente aos deputados é de 1,2 cargos prévios.

Para finalizar a análise de dados sobre trajetórias e experiências políticas, os gráficos 23 e 24 informam o tempo de atuação dos congressistas na própria casa, permitindo mensurar o contingente de calouros e o tempo de atuação dos veteranos, isto é, o nível de senioridade do legislador na respectiva casa.

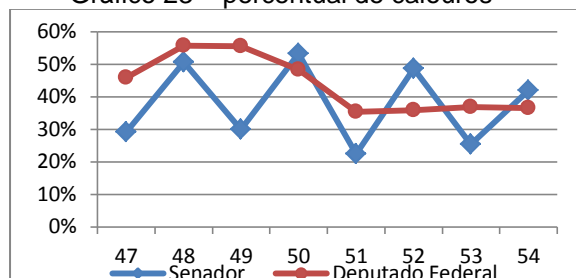
Gráfico 23 – Senioridade: média de mandatos cumpridos anteriormente



Fonte: elaboração própria a partir de dados dos sites da Câmara e do Senado, 2016.

As linhas do gráfico 23 revelam o número médio de mandatos cumpridos previamente pelos mandatários em cada legislatura estudada. De início, é importante destacar o baixo nível geral de experiência dos congressistas no próprio cargo. Em ambas as casas, as legislaturas apresentaram médias temporais pouco superiores a um mandato (deputados, 1,18 mandato; senadores, 1,20 mandato).

Gráfico 23 – percentual de calouros



Fonte: elaboração própria a partir de dados dos sites da Câmara e do Senado, 2016.

Não obstante, notaram-se diferenças importantes: enquanto a linha referente aos deputados mostra um acúmulo crescente e regular de experiência, indicando uma tendência geral à persistência no cargo, a linha dos senadores tem formato de zig-zag, indicando que na Casa se sucedem altos e baixos nos níveis de experiência parlamentar agregada.

O sobe e desce nas médias mostrado no gráfico 24, à luz do que se vê no gráfico 23, sugere relação com o percentual de novatos que ingressam em cada legislatura, sendo este fenômeno mais acentuado no Senado, nas legislaturas suscetíveis a dois terços de renovação. Na Câmara, a tendência consistente de queda no número de deputados calouros coincide com uma curva similar, invertida, no aumento do tempo de atuação prévia na Casa. Em relação aos senadores, o conjunto dos dados induzem a conclusões, em

certos aspectos, paradoxais. Se por um lado demonstram um leque amplo de experiência nos diversos cargos e nos diversos níveis da federação, por outro, este perfil parece se consolidar em detrimento do acúmulo de experiência e da profissionalização nas legislaturas do Senado. Afinal, os mandatos no senado são de oito anos, cobrem duas legislaturas, e deveriam resultar em maior tempo de experiência dos senadores do Senado do que se poderia esperar dos deputados, na Câmara.

No conjunto, os dados sobre o currículo político dos congressistas mostram diferenças importantes no perfil dos parlamentares, de acordo com a casa na qual atuam. Na direção esperada, senadores se revelam mais experientes, em todos os níveis, com especial envolvimento com os níveis estaduais e federais – perfil compatível com atores que têm como função precípua o zelo pelo equilíbrio do pacto federativo. Os deputados demonstraram considerável experiência nos mais diversos cargos, mas se notabilizaram particularmente notáveis nos legislativos locais e nas administrações municipais.

Considerações finais

Este estudo analisou o perfil social e político dos congressistas tendo em vista a incongruência do bicameralismo brasileiro, considerada alta em diversos estudos (Llanos, 2003; Llanos e Nolte, 2003; Araújo, 2009). De acordo com a teoria, bicameralismos incongruentes visam promover diferenciação entre casas e espera-se que resultem em diferentes perfis parlamentares. Em geral, as diferenças confirmaram as expectativas, embora alguns efeitos tenham destoado do que poderia ser considerado positivo para a consolidação das carreiras políticas no legislativo federal.

No tocante ao perfil social, verificou-se uma alta masculinização nas duas casas, embora uma leve tendência à inclusão das mulheres tenha se mostrado, particularmente na Câmara, onde as eleições são proporcionais e favoráveis às minorias políticas. No período, os dados confirmam o argumento de que, sendo vistas como menos competitivas do que os homens (Bohn, 2008), as mulheres tendem a ter menor acesso ao Senado, cujas eleições são majoritárias e há, entre outros, obstáculos como a maior competitividade dentro dos partidos pela nomeação na definição das candidaturas.

Em relação à idade dos parlamentares, a hipótese se confirma, mas as diferenças são baixas uma vez que, formalmente, a entrada inicial nos cargos é separada por 15 anos de distância, conforme a Constituição. Os senadores são em média 7 anos mais velhos que os deputados. Entende-se que isso se deve à gradativa institucionalização da carreira de deputado federal no Brasil, indicada pelas crescentes taxas de tentativas de reeleição bem sucedidas (Pegurier, 2009; Santos, 2010). À medida que a senioridade aumenta na câmara baixa, é provável que a média de idade de seus membros se aproxime dos membros da segunda, o que de fato se revelou ao se observar a sequência das legislaturas analisadas.

O nível de instrução foi outra variável cujos valores corresponderam às expectativas, e aos resultados de pesquisas anteriores (Araújo, 2011; Llanos e Sanches, 2008). Os graus de escolaridade no Senado permaneceram mais altos do que na Câmara em todo o período analisado, confirmando a expectativa de que senadores são extraídos de uma elite intelectual, sendo a titulação acadêmica um dos indicadores.

A análise das profissões e da formação universitária revelaram mudanças longitudinais, como a queda expressiva no percentual de parlamentares diplomados em direito ou atuantes como empresários. Salvo o fato de que a Câmara mostrou maior abertura a representantes oriundos de classes assalariadas, como esperado para uma casa do povo, o perfil ocupacional pouco contribuiu para distinguir uma casa da outra, por impossibilidade lógica de associação entre profissão, diplomas obtidos e incongruência bicameral.

No tocante ao perfil político (agregado) das legislaturas, os dados permitiram captar algumas distinções importantes. Todos os indicadores referentes à composição partidária das casas (salvo os referentes à 48ª legislatura) comprovaram, em convergência com os diferentes sistemas eleitorais, que os deputados se distribuem em um número maior de partidos, incluindo os pequenos, que são menos competitivos nas eleições ao Senado.

O estudo comparou, também, a experiência prévia dos titulares nas duas casas. Os senadores se mostraram mais experientes em todos os três cargos, com vantagens percentuais expressivas – consolidando sua imagem de senhores da federação. Vistos os cargos por subtipos, notaram-se diferentes padrões de experiência entre os grupos comparados. No tocante aos cargos legislativos, os senadores se mostraram mais tendentes a acumular experiência nas assembleias estaduais e na Câmara; os deputados, por sua vez, se destacaram pela atuação nas câmaras municipais, embora o percentual dos que passaram pelas assembleias tenha sido, também, expressivo.

A experiência nos cargos de governador e prefeito diferenciou bastante os dois cargos, pois os senadores apresentam larga vantagem na experiência como chefes do Executivo nos estados e municípios. Nos cargos administrativos, repetiu-se o fenômeno observado nos cargos legislativos: senadores e deputados se equilibram em termos das experiências no nível estadual, porém, aqueles atuaram mais nos cargos administrativos federais, enquanto estes se concentraram nas secretarias municipais.

Em relação ao tempo de atuação na própria casa, em ambos os casos o acúmulo de experiência foi baixo, em termos da *média de mandatos prévios* cumpridos pelos parlamentares em cada legislatura (1,18 na Câmara, 1,20 no Senado). O conjunto das informações analisadas mostrou que os deputados revelaram uma acensão estável no tempo de atuação na Câmara, sinalizando um processo de profissionalização parlamentar. No Senado, há um zig-zag coincidente com a possibilidade de renovação das legislaturas

(se 54 ou 27 vagas), que afeta o perfil dos senadores em termos de sua experiência anterior na Casa, conforme a entrada de mais ou menos novatos.

A expectativa era de que os senadores, devido à maior idade e aos mandatos duplicados, deveriam desenvolver maior senioridade do que deputados. No entanto, o acúmulo de experiências mais variadas em outros cargos revela que senadores distribuem seus esforços conforme os incentivos institucionais (e particularmente eleitorais) do federalismo brasileiro, demonstrando forte interesse pelo Poder Executivo estadual e municipal.

Em suma, notou-se, em convergência parcial com a função da incongruência bicameral apontada pela teoria, que o bicameralismo no Brasil produz incentivos ao recrutamento de parlamentares cujos perfis sociais são afinados com as características presumidas para cada cargo – a despeito dos efeitos paradoxais referentes ao perfil dos senadores, que se, por um lado, acumulam experiências políticas importantes, por outro, não persiste no cargo um tempo condizente com a duração de seus mandatos de oito anos.

Bibliografia

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Rev. Sociol. Polit.**, n. 24, p. 193-215, 2005.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. A elite da elite: formação acadêmica, trajetória política, experiência profissional e a participação dos senadores brasileiros na CCJ e na CAE. São Paulo: Anpocs, 2014 [Anais do 38º Encontro].

BEST, H., COTTA, M. (eds.). *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BORCHERT, J. Individual Ambition and Institutional Opportunity: Political Careers in Multi-level Systems. *Regional and Federal Studies*, v. 21, n. 2, 2011.

CARVALHO, J. A construção da ordem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CODATO, Adriano, COSTA, Luiz Domingos, MASSIMO, Lucas (orgs.). *Retratos da classe política no Brasil: estudos de ciência política*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015

DI MARTINO, Mayla. A profissionalização do Legislativo: um modelo de análise comparada para o caso brasileiro. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, n. 44, p. 11-30, 2010.

LIPSET, S. M. ; SOLARI, A. E. (orgs.). *Élites y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

MILL, John Stuart. Considerações sobre o governo representativo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MADISON, James; JAY, John; HAMILTON, Alexander. *O Federalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do campo político: raposas e *ousiders* no Congresso Nacional. *RBCS*, v. 33, p. 87-101, 1997.

- MARENCO, André; SERNA, Miguel . Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *RBCS*, v. 22, 2007.
- MARENCO, André. *Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- MICHELS, Robert. *Political Parties*. Nova York, Free Press, 1949.
- MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Rev. Sociol. Polit.*, n. 20, p. 115-134, 2003.
- MUCINHATO, R. Quem são os deputados brasileiros? In: MOISÉS, J. A. *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade*. RJ: Konrad Adenauer, 2014.
- NORRIS, Pippa. *Passages to power: Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- PEGURIER, Fabiano. 2009. *Carreiras Políticas e a Câmara dos Deputados Brasileira*. Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. (orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: UFPR, 2015.
- PITKIN, H. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- PHILLIPS, Anne. De uma política de idéia a uma política de presença? *Estudos Feministas*, vol. 9, pp. 268-290, 2001.
- RICCI, Paolo; LEMOS, Leany. Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara. *RBCS*, vol. 19, n. 55, 2004.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social: partidos, ideologia e composição social. *RBCS*, n. 48, pp. 31-47, 2002.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na classe política brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores. *Teoria e Sociedade*, n. 16, vol. 2, 2008.
- SANTOS, Fabiano. Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. *Cadernos ASLEGIS*, nº 40, maio/agosto de 2010.
- SANTOS, F. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. *Dados*, 45 (2), 2002.
- SIMÕES, Solange e MATOS, Marlise. "Ideias Modernas e Comportamentos Tradicionais: A Persistência das Desigualdades de Gênero no Brasil", in: M. F. de Souza, (org.), *Desigualdades de Gênero no Brasil: Novas Ideias e Práticas Antigas*. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2010
- SIMONI JUNIOR, Sergio; DARDAQUE, Rafael; MINGARDI, Lucas. A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai a popularização da classe política? *Colombia Internacional*, vol. 87, pp. 109-143, 2016.
- LLANOS, Mariana e SÁNCHEZ, Francisco. Conselho de anciãos? O Senado e seus membros no Cone Sul. In: LEMOS, Leany (org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008.
- LEMOS, Leany; RANINCHESKI, Sônia. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da CCJ na década de 90. In: LEMOS, Leany (org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Unilegis, 2008.
- YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, 67, pp. 139-190, 2006.